

## AVISO DE PRIVACIDADE DO MPPE

O Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) preza pela segurança dos dados pessoais, pelo respeito à privacidade e pela transparência e, por isso, este documento é dedicado para explicar como os dados pessoais dos titulares serão tratados pelo MPPE e quais são as medidas aplicadas para mantê-los seguros.

Este documento foi criado, considerando as seguintes normas:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet): estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação): regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017: dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

O Ministério Público do Estado de Pernambuco é uma instituição pública a qual é incumbida pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Trata-se de um órgão essencial à função jurisdicional do Estado com sede à Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Santo Antônio - Recife / PE, CEP 50.010-240.

Segundo a definição trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD” (Lei Federal nº 13.709/2018), em regra, o MPPE será o Controlador responsável por definir o tratamento e a proteção dos seus dados pessoais.

### Definições

Além disso, é importante deixar claro alguns conceitos para garantir seus direitos:

- **dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- **dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **dado anonimizado:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

- **banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- **titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador corporativo para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados a qual está vinculado;
- **agentes de tratamento:** o controlador e o operador;
- **tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **autoridade nacional de proteção de dados:** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional;
- **cookies:** *cookie* é um pequeno arquivo adicionado ao dispositivo do usuário para fornecer uma experiência personalizada de acesso à plataforma. Os *cookies* ajudam a analisar o tráfego de internet e nos permitem saber quando o usuário visitou um site específico. Um *cookie* não dá acesso a um computador ou revela informações além dos dados que o usuário escolhe compartilhar conosco.

## Coleta de Dados Pessoais

Durante a prestação de serviço ao cidadão (titular dos dados pessoais) na plataforma do sítio institucional podem ser coletados diferentes tipos de dados pessoais de forma automática ou fornecidos diretamente pelo titular, com o objetivo de conferência, monitoramento e controle. Veja abaixo, de forma exemplificativa, quais dados pessoais podem ser coletados e em cada situação:

<b><i>Tratamento de dados pessoais</i></b>	<b><i>Dados pessoais que o MPPE recebe diretamente ou como resultado de interação com o cidadão</i></b>	<b><i>Como e por que o MPPE usa dados pessoais</i></b>	<b><i>Base legal para o tratamento de dados pessoais</i></b>
<b>Registro de solicitações de certidões ou de informações no Sistema de Informação ao Cidadão - SIC</b>	Nome, CPF, RG, Tel. Contato, E-mail	Para proceder o atendimento das manifestações na ouvidoria.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, inciso II, Lei Federal 13.709/2018)
	Estado, Município, Localidade, Data de Nascimento, Sexo, Grau de Instrução.	Para oferecer serviços de interesse público, tais como na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre outros.	Tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres (art. 7º, inciso III, Lei Federal 13.709/2018)
<b>Navegação na plataforma do sítio institucional</b>	Endereço de IP; Informações sobre o dispositivo utilizado para a navegação; Contagem de visualizações;	Para : Aperfeiçoar a navegabilidade e oferta de serviços ao cidadão durante o uso do site do MPPE;	Tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em

	<p>dados de <i>Global Positioning System</i> - GPS; dados de <i>Global System for Mobile Communications</i> - GSM, histórico de navegação dentro do sítio</p>	<p>Prover suporte técnico e operacional, bem como garantir a segurança e a funcionalidade dos serviços; Prevenir atividades ilegais, fraudulentas ou suspeitas, que possam provocar danos ao MPPE ou a terceiros; e Prevenir problemas técnicos ou de segurança.</p>	<p>contratos, convênios ou instrumentos congêneres (art. 7º, inciso III, Lei Federal 13.709/2018)</p>
<p><b>Registro de Manifestação através do Sistema de Ouvidoria</b></p>	<p>Nome, CPF, Telefone, E-mail.</p>	<p>Para permitir ao cidadão o acompanhamento do atendimento da manifestação; e Para aprimorar serviços oferecidos e responder os atendimentos.</p>	<p>Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, inciso II, Lei Federal 13.709/2018)</p>
<p><b>Registro de manifestação no Assistente Virtual</b></p>	<p>Nome completo, CPF, e-mail, telefone.</p>	<p>Para permitir ao cidadão o acompanhamento do atendimento da manifestação; e Para aprimorar serviços oferecidos e responder os atendimentos.</p>	<p>Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, inciso II, Lei Federal 13.709/2018)</p>

## Compartilhamento dos Dados Pessoais

Sempre que necessário para a execução das atividades ministeriais, os dados pessoais podem ser compartilhados com outras instituições de controle, com prestadores de serviço ou parceiros.

**1. Prestadores de serviço:** De acordo com o tipo de tratamento a ser realizado, considerando os princípios norteadores da proteção de dados pessoais e as premissas do presente aviso, para que as atividades ministeriais possam ser disponibilizadas com qualidade, há a colaboração de diversos prestadores de serviço/operadores informados no Portal da Transparência do MPPE (<https://transparencia.mppe.mp.br/>), que tratam os dados pessoais coletados em nome do Controlador e conforme instruções previamente definidas, e que atuam principalmente para nos auxiliar no desenvolvimento de plataformas, segurança da informação e armazenamento em nuvem.

**2. Autoridades governamentais:** os dados pessoais devem ser fornecidos em atendimento à ordem judicial, solicitações de autoridades administrativas com prerrogativas legais de acesso, obrigação legal ou regulatória, bem como para agir de forma colaborativa com autoridades governamentais.

Cumprido destacar que todos os dados pessoais serão compartilhados com autoridades administrativas dentro dos limites da Lei e, caso seja permitido e não restrinja a atuação dessas no cumprimento de sua obrigação funcional, será solicitada a manutenção do sigilo dos referidos dados através de um Termo de Sigilo.

## Armazenamento e Segurança dos Dados Pessoais

Os dados pessoais são armazenados de forma segura em *data centers* hospedados em rede própria e em nuvem e são adotadas técnicas para proteger os dados pessoais coletados de acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Além disso, foram incorporadas rotinas de segurança da informação, com a orientação e a capacitação das equipes técnicas nos aspectos de segurança da informação e promoção da publicidade das normas internas produzidas, salvo quando o sigilo seja necessário.

Ressalta-se, contudo, que nenhuma plataforma é completamente segura. Em caso de qualquer preocupação ou suspeita de risco dos dados pessoais, devem ser acionados os canais de atendimento da Ouvidoria-Geral do Ministério Público que provocará o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais para as devidas providências.

Os dados pessoais serão mantidos durante todo o período que for usuário ativo do serviço sítio (website) do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Após esse período, os dados pessoais podem ser armazenados por um período adicional para fins de auditoria, para possibilitar a execução de políticas públicas e para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, respeitados os prazos estabelecidos na legislação aplicável.

No sítio do MPPE podem existir links ou redirecionamentos para sítios ou serviços de outras entidades. Este Aviso se limita aos serviços providos e mantidos pelo MPPE ao cidadão, não abrangendo serviços de terceiros.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, serão comunicados o titular e a autoridade nacional de proteção de dados caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco aos dados pessoais.

### **Cookies e Tecnologias de Monitoramento**

A tecnologia *cookies* de monitoramento pode ser utilizada para coletar as informações das atividades realizadas no sítio do MPPE de forma automatizada, com a finalidade de realizar métricas de performance do aplicativo, identificar problemas no uso, captar o comportamento do usuário de forma geral e coletar dados de impressão de conteúdos.

O tratamento de dados pessoais a partir do uso de cookies segue a [Política de Cookies do MPPE](#).

### **Direitos do Titular os Dados Pessoais**

A transparência sobre o tratamento dos dados pessoais é prioridade para o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Além das informações disponibilizadas neste Aviso de Privacidade, também podem ser exercidos os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, entre eles:

- confirmação da existência de tratamento (Art. 18, I da LGPD);
- acesso aos dados (Art. 18, II da LGPD);
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (Art. 18, III da LGPD);
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto LGPD (Art. 18, IV da LGPD);

- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados (Art. 18, VII da LGPD);
- opor-se a tratamento específico, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD (Art. 18, §2º).

No MPPE, o canal para exercer seus direitos como titular de dados pessoais é a Ouvidoria. Por meio de formulário próprio da Ouvidoria, acessado pela internet (<https://bit.ly/ouvidoriamppe-manifestacao>), ou através do assistente virtual ([www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br)).

Todas as solicitações serão apresentadas de forma gratuita, e serão submetidas a uma prévia avaliação da sua identidade e da viabilidade do atendimento nos canais de comunicação, a fim de cumprir com eventuais obrigações que impeçam o completo atendimento das requisições dos titulares de direito.

Destaca-se que a Política de Proteção de Dados do MPPE não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, e atividades de investigação e repressão de infrações penais, conforme art. 4º da LGPD.

### **Alterações deste Aviso de Privacidade**

É constante a busca de melhoria da experiência do usuário. Assim, as práticas de tratamento de dados pessoais poderão sofrer alterações com a inclusão de novas funcionalidades e serviços.

Tendo em vista a valorização da transparência no tratamento dos dados pessoais, toda vez que alguma condição relevante deste Aviso de Privacidade for alterada, essas alterações serão válidas, eficazes e vinculantes após a nova versão ser publicada no site do MPPE.

## Fale Conosco

Sempre que houver alguma dúvida, reclamação ou denúncia sobre este Aviso de Privacidade, ou sobre assuntos envolvendo dados pessoais, poderá ser feito contato por meio dos canais de atendimento disponíveis pela internet por formulário (<https://bit.ly/ouvidoriamppe-manifestacao>) ou através do assistente virtual ([www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br)).

Ademais, o titular de dados pessoais poderá contactar também o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPPE:

E-mail: [encarregado.lgpd@mppe.mp.br](mailto:encarregado.lgpd@mppe.mp.br)

O Ministério Público do Estado de Pernambuco procura atender às necessidades do usuário e com respeito a todas as exigências legais de proteção de dados, aplicando as melhores práticas de segurança da informação.

Atualização: 27 de Janeiro de 2022.

Ministério Público do Estado de Pernambuco